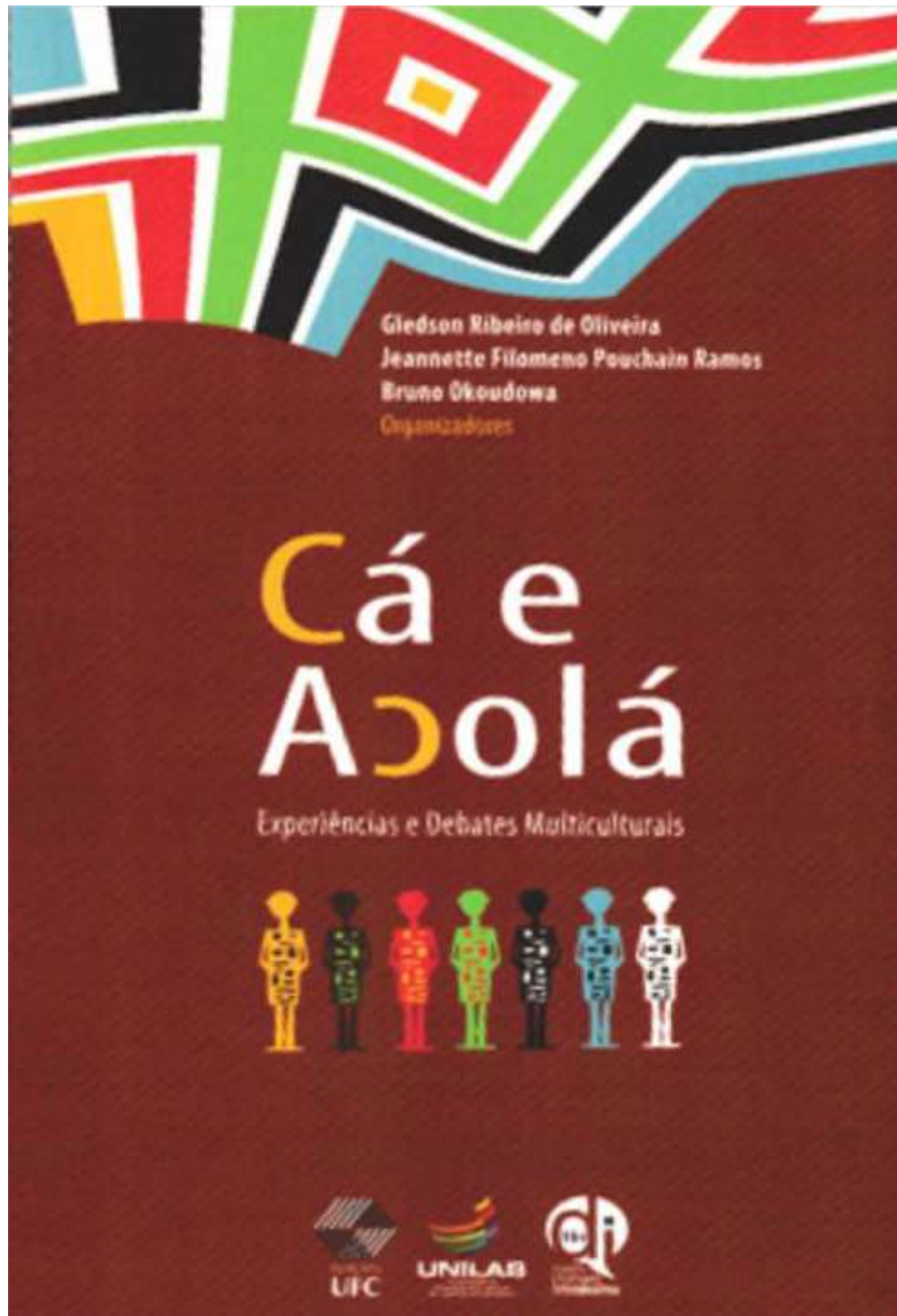


Como citar:

MALOMALO, Bas'ilele. Desafios da democracia e do desenvolvimento na África: um olhar sobre a República Democrática do Congo a partir da Diáspora negra brasileira. In: OLIVEIRA, Gledson Ribeiro de; RAMOS, Jeannette Filomena Pouchain; OKOUDOWA, Bruno (Orgs). **Cá e Acolá:** Experiências e debates multiculturais. Fortaleza: UFC, 2013, p. 134-157.



DESAFIOS DA DEMOCRACIA E DO DESENVOLVIMENTO NA AFRICA: UM OLHAR SOBRE A REPUBLICA DEMOCRATICA DO CONGO A PARTIR DA DIASPORA NEGRA BRASILEIRA

Resumo

Esse artigo discute os desafios da democracia e do desenvolvimento no continente africano tendo a República Democrática do Congo como o foco principal. Analisa, assim, a situação do subdesenvolvimento desse país a partir da sua história marcada pela colonização, neocolonização e as guerras motivadas pelas disputas do poder e do capital em que são envolvidos vários agentes nacionais, regionais e internacionais. Discute as condições de possibilidades do desenvolvimento desse país, propondo, entre outras coisas, a educação para a democracia e para a solidariedade como estratégias.

Palavra-chaves: Democracia; Desenvolvimento; África; RD Congo.

Title: Democracy Challenges and development in Africa: A look over DR Congo through the Brazilian Black Diaspora

Abstract

This article discusses the challenges of democracy and development in the African Continent, having the Democratic Republic of Congo as its main focus. It, therefore, analyses the underdevelopment situation of this country through its history, marked by colonization, neocolonization and wars motivated by disputes of power and capital, in which many national, regional, and international agents are involved. The article also discusses the conditions of development possibilities for DR Congo, proposing, among other things, the education for democracy and solidarity as strategies.

Keywords: Democracy, Development, Africa, DR Congo

DESAFIOS DA DEMOCRACIA E DO DESENVOLVIMENTO NA AFRICA: UM OLHAR SOBRE A REPUBLICA DEMOCRATICA DO CONGO A PARTIR DA DIASPORA NEGRA BRASILEIRA

EXÍLIO

A toda diáspora africana exilada e migrante

No meu País
Só os pássaros cantam

[...]

Eu sinto a morte, o cheiro da pobreza
Vergonha que carrego na terra do exílio
Vergonha de um exilado
Sem país

(MALOMALO, 2004).

Introdução

O texto que apresento nesse livro foi discutido pela primeira vez na I Conferência Internacional do Centro de Estudos das Culturas e Línguas Africanas e da Diáspora Negra (CLADIN) e GT-NUPE-FCLAR, promovida pela Faculdade de Ciências e Letras da UNESP-Ar, Departamento de Antropologia Política e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, SESC e Centro de Referência Afro, nos dias 15, 16 e 17 de maio de 2007. As reflexões decorrentes dele situam-se no contexto dos acontecimentos que ocorreram na África e na República Democrática do Congo (RD Congo) até 2007. A minha comunicação fez parte do seminário temático do CLADIN: “Lugar político e estado da cultura africana e afro-diaspórica no século XXI”.

Sugiro o tema seguinte para nossa reflexão: “Desafios da democracia e do desenvolvimento na África: um olhar sobre a República Democrática do Congo a partir da Diáspora negra brasileira”. A minha intenção não é abordar a realidade social, cultural, política e econômica do continente africano na sua generalidade, que pode ser encontrada no relatório 2006 da União Africana (UA) (2006), mas destacar uma de suas realidades, tendo a RD Congo como

um caso particular por dois motivos. Primeiro: foi nesse país que nasci e comecei a alimentar a minha consciência crítica sobre a negritude/africanidade. Segundo: o advento da III República, nessa parte da África, é um belo exemplo, para discutirmos, nós intelectuais africanos, negros da diáspora, africanistas e os simpatizantes da nossa luta sobre o nosso futuro e o dos nossos filhos.

Desenvolverei a minha reflexão a partir dos instrumentos teóricos que fazem parte da minha realidade intelectual na atualidade: os estudos do desenvolvimento, especificamente a sociologia do desenvolvimento e das relações raciais/multiculturalismo. Articularei o meu discurso a partir de três pontos: 1) o campo dos estudos do desenvolvimento: dos velhos aos novos temas; 2) o paradoxo do subdesenvolvimento africano: o caso da RD Congo; 3) os desafios da democracia e do desenvolvimento na África a partir da República Democrática do Congo. Finalizo o meu texto com uma nota de esperança para o Congo, tendo por pano de fundo a epígrafe do meu poema “Exílio”.

1. O campo dos estudos do desenvolvimento: dos velhos aos novos temas

Os estudos do desenvolvimento são um campo multidisciplinar que faz uso dos conceitos da sociologia, da antropologia, da economia e da ciência política para pensar a realidade social. Nasceram após a Segunda Guerra mundial, num contexto histórico que Gunnar Myrdal caracterizou de guerra fria, da descolonização e de aspiração dos países em desenvolvimento em ocupar um melhor lugar na ordem política e econômica mundial e as condições de vida mais digna para o conjunto de suas populações (FORSTER, 2007).

Na atualidade existem duas correntes desse campo do conhecimento. O pensamento dominante do desenvolvimento que tem a economia como o núcleo duro. Essa primeira abordagem tende a pecar pelo seu economicismo. As grandes instituições financeiras tais como FMI, Banco Mundial, são as defensoras dessa linha de pensamento. De outro lado, existe o pensamento crítico do desenvolvimento, conhecido também como o pensamento alternativo (FAVREAU, 2004; MÉSZÁROS, 2002, 2003, 2004).

Perante a crise atual, a primeira corrente considera que não há outra saída. A própria lei do mercado irá corrigindo as desigualdades sociais criadas pelo próprio mercado. Os defensores do pensamento alternativo pensam o contrário. Fazem parte da nova sociologia econômica, da teoria da economia social e solidária, do desenvolvimento humano, do desenvolvimento local, do

desenvolvimento econômico comunitário ou do desenvolvimento sustentável. Para eles, é preciso introduzir um novo olhar sobre o conceito econômico (GENDRON, 2004). A economia, o mercado e suas transações são vistos como construções sociais. Nessa ordem de raciocínio, a superação das desigualdades sociais contemporâneas, da pobreza e da agressão ao meio ambiente causadas pela manipulação política do sistema econômico capitalista, só é possível definindo-se novas leis, normas e regras no jeito de se pensar e construir a economia e sociedade. Em outras palavras, isto significa que o desenvolvimento é um conceito que vai para além do simples crescimento econômico; diz respeito à qualidade de vida das populações e do seu meio ambiente (FAVREAU, 2004; GENDRON, 2004).

Fundamento minha reflexão sobre o novo paradigma do desenvolvimento que surgiu nos anos de 1990. O seu surgimento tem muito a ver com a gênese das ciências do desenvolvimento que, conforme Forster (2007), tinham por velho tema o Sul. Buscava entender a situação de subdesenvolvimento em que se encontravam a maioria dos países da Ásia, da América Latina e da África após suas independências. Se de um lado, as teorias do subdesenvolvimento e da dependência nos ajudaram a entender, nos anos de 1960 a 1980, as relações de assimetria, de dominação existentes nas relações diplomáticas, econômicas e nas cooperações internacionais entre o centro e a periferia, do outro lado, somente a partir dos anos de 1990 é que o novo paradigma do desenvolvimento vai nos possibilitar apreender a complexidade da lógica de dominação dos impérios ocidentais em relação aos países do Sul no contexto da globalização (MÉSZÁROS, 2004; COMELIAU, 2007). Como se poder ver, essa reflexão se alicerça sobretudo nas abordagens que têm usado o método genético-estrutural ou sistêmico (BOURDIEU, 1979; COMELIAU, 2004).

Pode se afirmar que as mudanças trazidas pela globalização no Norte como no Sul fizeram emergir novos temas para a agenda dos estudos de desenvolvimento. Forster (2007) qualifica esses temas de “problemas globais”. São problemas que afetam toda a humanidade: a problemática do acesso aos recursos e a repartição da riqueza ligada à problemática de desigualdades sociais, de pobreza e de distribuição de poder nas instâncias locais e globais; a questão de comércio equitativo e a ética nos negócios; a problemática de construção de sociedades multiculturais que valorizam as diferenças; a problemática de elaboração de uma política regional e internacional que atenda aos direitos dos trabalhadores migrantes; a problemática da preservação do meio ambiente; a problemática da segurança que foi definida

durante a última década a partir de três dimensões: a da segurança humana, a prevenção dos conflitos e a luta contra o “terrorismo”. Todos esses temas, na perspectiva desse trabalho, constituem os desafios da democracia e do desenvolvimento.

O tratamento adequado desses novos temas dos estudos do desenvolvimento exige um novo olhar teórico sobre um desenvolvimento que vai além do econômico. O desenvolvimento como conceito científico é ao mesmo tempo um projeto social, cultural, político e econômico cuja construção implica as negociações entre vários agentes sociais: o Estado, o Mercado e a Sociedade civil (LÉVESQUE, 2002). Trata-se de uma teoria e prática que dizem respeito à sustentabilidade das populações locais, do (seu) meio ambiente e do planeta. A avaliação crítica do desenvolvimento, nesse sentido, conforme Comeliau (2007), passa pelas considerações das competências técnicas e éticas presentes nos projetos de desenvolvimento. Além disso, os ativistas e intelectuais que lidam com o novo paradigma do desenvolvimento acreditam que a discussão em torno desse assunto requer também uma nova cultura, uma nova ética baseada nos valores como democracia, autonomia, cooperação, solidariedade, justiça, nas transações econômicas, políticas e culturais que acontecem em vários níveis sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais. É nesse contexto, que os intelectuais e ativistas do Sul têm interpretado o conceito desenvolvimento em termos de deslocamento do centro de decisão dos países centrais para os países periféricos (FERNANDES, 1968; FURTADO, 1992); de desenvolvimento como caminho da liberdade (SEN, 2000), ou seja, ter a capacidade e as condições necessárias para realizar o destino de suas nações.

Eles entendem também que há uma interrelação entre os problemas ligados ao desenvolvimento dos Estado-nações, das localidades e das populações. Os problemas econômicos presentes no destino desses agentes são ao mesmo tempo problemas sociais (políticos, culturais e ambientais). A compreensão dessa problemática passa pela mudança teórica e política de se estudar e enfrentar o problema das desigualdades, da pobreza e do subdesenvolvimento. Trata-se ali de uma problemática política e epistemológica. Em relação a essa última, gostaríamos de acrescentar mais um elemento típico desse campo de conhecimento: a valorização da particularidade de cada sociedade sem perder de vista a complexidade do assunto do desenvolvimento (FORSTER, 2007).

2. Os paradoxos do subdesenvolvimento africano: o caso da RD Congo

Acho melhor fazer uso do conceito de subdesenvolvimento para descrever a situação da África a partir da realidade da RD Congo. Subdesenvolvimento parece ser um conceito velho e esquecido, mas ao meu ver, tem ainda a sua força explicativa. Remete à privação de liberdades, de violação da cidadania, de impedimento de ter acesso e de exercer os direitos econômicos, sociais, culturais de um indivíduo ou de uma coletividade (SEN, 2000). Não falarei da situação do subdesenvolvimento do continente africano. Para isso bastaria ler os Relatórios de Desenvolvimento Humano de PNUD e outros documentos como Relatório da UA sobre o estado das populações africanas (2006). Interessa-me a situação da RD Congo.

Os indicadores econômicos apresentados pela Revista *Jeune Afrique* ilustra a situação de precariedade em que se encontrava a RD Congo em 2007.

Paridade Euro	1 Euro vale (em 01/01/2004) 518,71 Franco Congolês
Paridade Dólar	1 \$ vale (em 01/01/2004) 439,7 FC
RNB por habitante	120 \$/ hab (entre os 175 países)
RNB por habitante PPA	697 \$/hab.
Partilha do PIB	Primário: 52% Secundário: 18% Terciário: 30%
Inflação	6%
Investimento interno bruto	12% do PIB
Investimento estrangeiro	900 milhões de \$
Exportações	1813 milhões de \$
Principais recursos	2056 milhões de \$
Risco país	D

Indicadores econômicos da RDC (<http://www.jeuneafrique.com/>, 7 de maio de 2007)

O subdesenvolvimento da RD Congo é um paradoxo na temática do desenvolvimento das nações. Esta nação africana rica em recursos naturais e humanos, contado entre os dez países do mundo em termos de potencial, é ao mesmo tempo classificada entre os dez países mais pobres do planeta (MALEKERA. Disponível em: <http://www.congovision.com>). “Pois, a história econômica do país resume-se numa longa descida aos “infernos”. Em 1960, o PIB do ex-Zaire (entenda-se Congo) era superior ao do Canadá”, escreve Laurence Tovi

(<http://www.lesechos.fr/info>). Só que em 2007, esse país passava por grandes dificuldades. A reflexão a ser feita é que ninguém desce ao inferno sozinho. No caso do Congo, só existe inferno porque houve “diabos” que o construíram. O inferno é a sua situação de subdesenvolvimento.

Para entendermos o processo de subdesenvolvimento da RD Congo, precisamos entender a sua história nacional, regional e internacional. Nossos pressupostos para análise são esses: desde o tempo colonial até a III República, em 2007, esse país sempre foi vítima da cobiça do poder e do capital internacional, continental e regional e o sucesso dessa dominação só se justifica pela cumplicidade de uma parte da sua liderança política seduzida pelo poder e pela ganância material (MOYROUD e KATYNGA, 2002). A seguir explicarei essa afirmação dividindo a história do Congo em três fases: antes de 1493 ou período pré-colonial, período colonial (1493-1960) e período pós-colonial (1960 aos nossos dias).

Antes de 1493, o território congolês era composto de reinos tais como Kongo, Luba, M’siri, Zande, Mangbetu, Mongo, etc. Essas instituições políticas contribuíram durante séculos pela coesão social. Como diria Tshamalenga Ntumba (1996-1997), o poder tradicional africano era colocado à serviço da comunidade, pois entendia-se que “o chefe era o chefe da comunidade e a comunidade era comunidade do chefe”. A vida comunitária, a solidariedade, o respeito pelo mais velho, as alianças entre grupos étnicos, o respeito para com o outro, as divindades, a comunidade e a natureza eram valores que constituíam a cosmovisão, o *ethos* africano pré-colonial. Mesmo que as culturas africanas, que eram praticadas nos diversos espaços civilizatórios de seus povos, não eram perfeitos, deve se reconhecer que conseguiam manter o equilíbrio e o bem-estar das populações. É dessa forma que os primeiros missionários europeus que chegaram nas terras dos Bakongo se admiravam pelo fato de não encontrar crianças órfãs abandonadas nas ruas, fenômeno corriqueiro na Europa do século XV.

Com a chegada dos portugueses, em 1493, no reino do Kongo, essa parte da África central entrara na rota do tráfico negreiro e assim se iniciara o processo de saque da RD Congo e da desestruturação de suas instituições sociais. Se por um lado, os portugueses ocuparam-se do comércio negreiro na parte oeste da RD Congo abastecendo o mercado do Brasil, por outro lado sabemos que os árabes entraram pela parte leste, comercializando os escravos nos mercados de Zanzibar, de Quelimane e Oriente Médio. O tráfico transatlântico dos escravos africanos marcou a primeira fase da espoliação do continente africano e da RD Congo durante quatro séculos (XV-XIX) (NZIEM, 2009).

A abolição da escravidão, no final do século XIX, não significou o início de um “novo” projeto de desenvolvimento nacional, pelo contrário, o início de um novo ciclo de saque e dominação dos territórios congolezes, de suas populações e de seus descendentes pelos europeus e euro-descendentes. Na conferência de Berlim (15 de novembro de 1884 - 26 de fevereiro de 1885), a atual RD Congo foi objeto de disputa política entre as coroas portuguesa e belga. Desta conferência, ela foi constituída em um país que foi batizado de Estado Independente do Congo (EIC, 1 de julho de 1885 - 1908), propriedade privada da família do Rei Leopoldo II. O mesmo país será assumido pelo governo belga anos após, tornando-se sua colônia de 15 de novembro de 1908 até 30 de junho de 1960 (NZIEM, 2009).

Não seria necessário lembrar que o sistema colonial foi um sistema de dominação dos povos africanos e de exploração de seus recursos naturais. Todo aparato cultural, administrativo, político, econômico, montado pelo colonizador com uso da mão de obra escrava ou assalariada dos nativos africanos visava servir seus próprios interesses econômicos e políticos. Sendo assim, contribuíram para o desenvolvimento, a prosperidade das nações colonizadoras e para o processo de subdesenvolvimento dos povos das nações dominadas. Numa palavra, a colonização foi um projeto de dominação cultural, político, econômico que beneficiou mais o colonizador que o colonizado (RODNEY, 2010; KIZERBO, 2006).

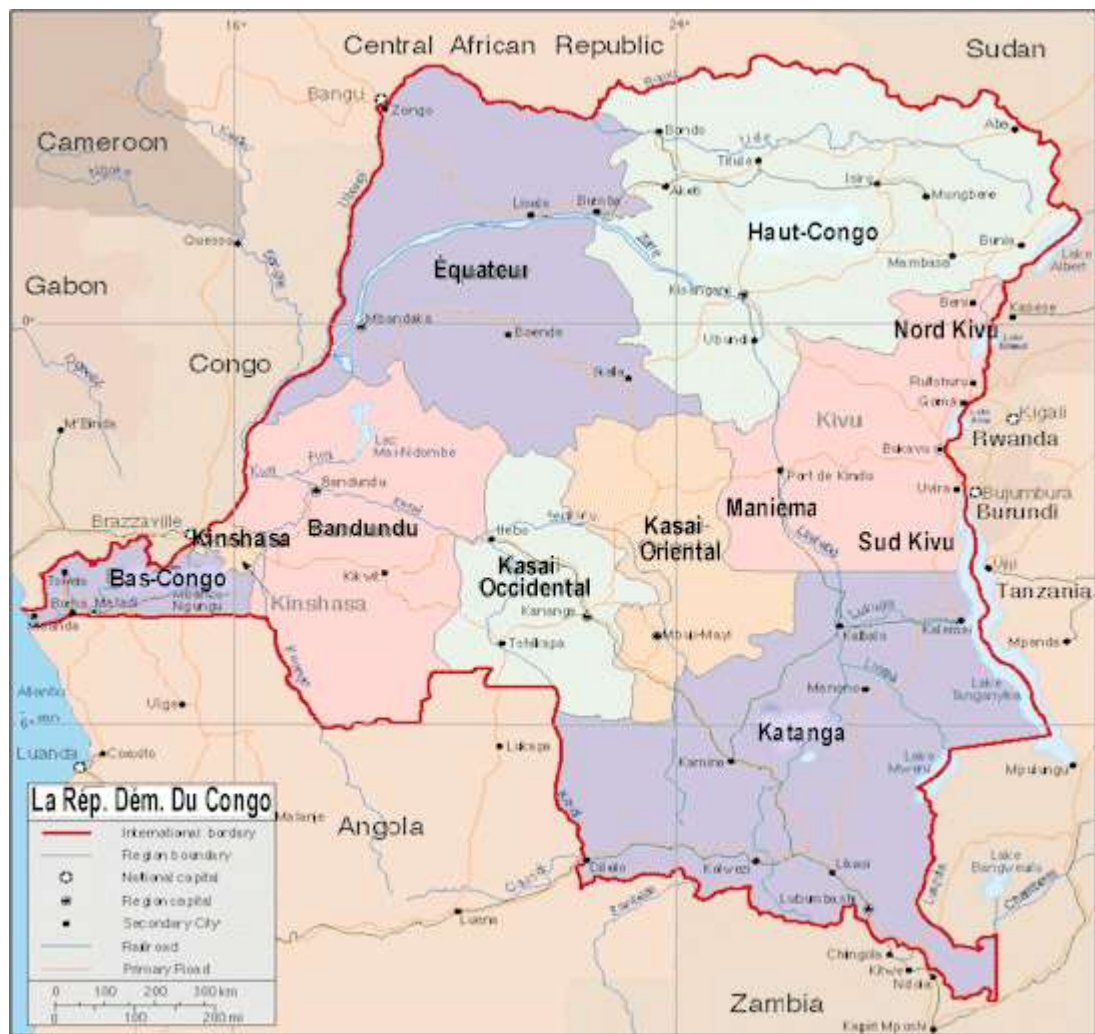
Entre 1950 e 1960, a humanidade assistira ao processo de descolonização das nações africanas. O Congo Belga foi independente em 30 de junho 1960, tendo Joseph Kasa-Vubu como presidente e Patrice Lumumba, como Primeiro Ministro. Vale ressaltar duas dinâmicas sociais nesse contexto de libertação. A primeira é o movimento de resistência, de luta contra o colonialismo, que só foi possível graças a solidariedade existente entre as diásporas negras das Américas e da Europa com as lideranças locais africanas determinadas a elaborar um projeto de desenvolvimento alternativo para o seu continente a partir da sua realidade cultural. Na figura de uma personalidade como Lumumba podemos encontrar os germes de um pensamento do desenvolvimento local africano: o nacionalismo africano que entendia que a cultura, a política e a economia deviam se colocar a serviço das populações (NZIEM, 2009).

Essa visão de Lumumba, como de tantos outros pais das independências africanas, se contrapunha ao projeto do imperialismo euro-norte-americano. Por isso, foi assassinado em 17 de janeiro 1961. Para Carlos Moore (2010), o assassinato é uma das estratégias do imperialismo.

Não foi por acaso que vários outros líderes africanos e da diáspora negra foram assassinados nesse mesmo período. Foi um projeto homicídio do imperialismo que via seus interesses econômicos sendo questionados. Dessa forma, a segunda dinâmica, que marcou esse período das independências africanas, foi a do conservadorismo imperialista. Com a cumplicidade de alguns líderes africanos interesseiros, o Ocidente continuara a dominar o continente africano através do neo-colonialismo (MUNANGA, 1988; MÉSZÁROS, 2003; 2004).

Na RD Congo, no dia 24 novembro de 1965, Joseph-Désiré Mobutu, com a cumplicidade dos governos americano e belga, fez o golpe de Estado e se proclamou presidente da República. Em 27 de outubro de 1971, o Congo torna-se Zaire; o governo Mobutu implementa a política da negritude dos pais das independências africanas em termos de política de autenticidade, política cultural de resgate da identidade negro-africana e zairense; como presidente, se batiza de Mobutu Sese Seko. Nos primeiros anos do seu governo, Mobutu se mostrou um pouco “nacionalista”, mas de fato era um elemento a serviço do capital internacional (MÉSZÁROS, 2003). Assim, o imperialismo hegemônico norte-americano através de seus sucessivos governos, usaria Mobutu e o posicionamento geo-político do Zaire para implementar a política de segurança nacional. Como se sabe, essa era o braço político do capital internacional que conseguiu se sustentar pela criação de regimes autoritários, ditatoriais na América Latina, na Ásia e na África. Para se manter, esses governos recorrem frequentemente às práticas de corrupção, violência, intimidação dos opositores e das populações, ao nepotismo, ao rombo dos cofres públicos. Foi o que aconteceu com o ex-Zaire. A manutenção do autoritarismo e da ditadura levou à miséria e ao subdesenvolvimento de toda uma nação.

O Zaire, que se tornara uma nação sem Estado, a partir do fim dos anos de 1989, se viu sacudido pelo grito da liberdade de uma parte de sua população e líderes de oposições, sobretudo Tshisekedi wa Mulumba, reivindicando as mudanças. Em 18 de dezembro de 1990, o governo Mobutu foi obrigado a restaurar o multipartidarismo. Depois de eleger o líder da oposição Tshisekedi, primeiro ministro, e o arcebispo Mosengo Pasinya, presidente da Conferência Soberana (um tipo de fórum nacional para se pensar as reformas políticas e econômicas da nação), Mobutu, com medo de perder o poder, fechara essas novas instituições em abril de 1991, gerando assim uma crise política (BRAECKMAN, 1999).



Fonte: HISTOIRE de la République Démocratique du Congo (www.congo2000.net/histoire/dialoguez.asp)

Foi assim, que em outubro 1996, Laurent-Désiré Kabila, ex-rebelde nos anos de 1965, que lutava contra o regime de Mobutu, socialista por ideologia, iniciara uma rebelião contra a ditadura mobutista com o apoio de Rwanda e Uganda no Kivu. Em 17 de maio 1997, Aliança de Forças Democráticas para a Libertação do Congo (AFDL) entra em Kinshasa, e Kabila se proclama chefe de Estado. Em 16 de janeiro 2001, L. D. Kabila foi assassinado. Não há dúvida que a mão invisível dos proprietários do capital global esteve atrás dos 47 golpes do estado que esse dirigente político sofrera. Apesar do seu autoritarismo, o governo de L.D. Kabila procurou bem que mal defender os interesses da nação congoleza. Sabia mais do que ninguém que o Congo era um potencial econômico e só precisava da autonomia para se desenvolver (BRAECKMAN, 2008).

O seu filho, Joseph Kabila, o sucedeu em 30 de junho de 2003. Em 22 de fevereiro, após o Diálogo Inter-Congolês em Sun City, J. Kabila formou um governo de transição com a aplicação do esquema “1+4”: um presidente com quatro vice-presidentes, três oriundos das facções rebeldes e um da sociedade civil. De 19 a 20 de novembro de 2004, foi organizado a Conferência dos Grandes Lagos em Dar es-Salaam visando o respeito dos acordos de paz em nível regional (MOYROUD & KATYNGA, 2002). Em 21 de outubro de 2006, a RD Congo fez suas primeiras eleições democráticas da história e iniciou-se a III República. J. Kabila se elegeu presidente.

O que se diz dos governos liderados por J. Kabila em 2007? Diferente do seu pai e dos outros dirigentes que o Congo já conheceu, J. Kabila é diplomático, flexível nas negociações. Do ponto de vista da crítica do novo paradigma do desenvolvimento, não deve se esconder que durante a transição como nesse novo governo da III República, os dirigentes do Congo continuaram com o modelo neoliberal (BRAECKMAN. Disponível em: <http://www.congoforum.b>). Por ser novo, a única pergunta que deve se fazer é essa: o modelo neoliberal do Congo estará a serviço do capital global ou a serviço das populações marginalizadas? Parece-nos que a resposta a essa pergunta dependerá da capacidade do governo atual de enfrentar os desafios da democracia e do desenvolvimento que se apresentam a ele nessa fase histórica (BRAECKMAN, 2008).

3. Desafios da democracia e do desenvolvimento na África a partir da República Democrática do Congo

O termo “desafios” quer lembrar que tanto a democracia como o desenvolvimento são tarefas, construções históricas. São processos que envolvem escolhas de estratégias para a sua construção. Comelieu (2007) indica dois tipos de escolha: uma técnico-científica e a outra político-ética. O advento da “Nova África”, da “Segunda independência africana” (ROBERT. Disponível em: <http://diplo.uol.com.br/200-11>), a superação dos desafios da “III República no Congo” para realização “dos cinco canteiros” do governo atual (SABAHARA. Disponível em: <http://www.grip.org/>) tão falados, mais do que realidades místicas e imutáveis, são desafios históricos nesse terceiro milênio para os filhos dessa parte do mundo. A sustentabilidade desse novo projeto de nação passa pela criatividade e pela boa vontade política dos afro-congoleses em enfrentar os desafios da construção de uma nova história, que requer a implementação de uma

nova cultura, de uma democracia política e social, de uma sociedade civil orgânica. Para isso, o Congo precisa inovar na economia e ter a capacidade de negociar os conflitos, lidar com a questão da segurança. A análise crítica desses desafios não deve omitir as relações de forças, recíprocas que existem entre a variedade de agentes locais, regionais, nacionais, continentais e internacionais envolvidos na sua realização, apesar da grande parte da responsabilidade estar nas mãos dos dirigentes congolese.

É comum, entre os intelectuais que pensam o desenvolvimento do continente africano, falar-se de uma nova cultura para a eclosão de uma Nova África. Esta nova cultura remete a uma prática ética, uma mudança de mentalidade e de ações da parte de seus dirigentes, dos aliados da cooperação e dos governados. A história político-econômica particular da RD Congo mostra como a falta de ética por parte dos dirigentes nacionais, regionais e internacionais, a população congolese está pagando o preço da sua “descida no inferno”, da sua miserabilidade, do seu subdesenvolvimento.

A educação nos parece ser a porta de entrada para o enfrentamento dos desafios citados. Trata-se de construir uma educação formal e difusa que tenham como fundamento a ética. Estamos nos referindo a uma educação que vai construir um homem novo: um congolês que é nacionalista, não egoísta, não traidor da nação, não predador das riquezas e dos bens comuns, senhor de guerra e aliado do poder e do capital internacional. Um congolês cosmopolita que sabe negociar as diferenças étnicas, os conflitos e é capaz de perceber que a nacionalidade é uma construção política e histórica. Como se pode ver, trata-se ali de uma educação para a complexidade e para a solidariedade com intuito de formar cidadãos democráticos (PERREROUD, 2005).

Esses conceitos não são estranhos à cultura africana e congolese. O diálogo com a memória histórica é um passo indispensável para se caminhar nessa direção. Resgatar criticamente os valores da democracia, da solidariedade, da partilha, da comunidade, como o fizeram os pais das independências africanas (NTUMBA, 1996-1997; MONARE. Disponível em: <http://www.congovision.com/>), é uma tarefa indispensável para o Congo de hoje.

Portanto, o cidadão, administrador político e o homem comum, o homem congolês novo nascerá desse diálogo crítico com o nosso passado de ancestralidade africana e o nosso presente híbrido afro-ocidental. Outro elemento indiscutível da memória histórica congolese é esse: se lembrar sempre que o advento da III República, da democracia formal, de luta de resistência

contra o colonialismo, o neo-colonialismo, a ditadura mobutista e o egoísmo de alguns de nossos compatriotas, “senhores de guerras”, com a cumplicidade dos países vizinhos e detentores do capital internacional, custaram a vida de mais de 4.000.000 de nossos irmãos e irmãs (Que Deus os tenham!) (PÉANS, 2010). Portanto, é a nossa responsabilidade de tornar essa democracia formal, uma democracia substantiva (SEN, 2000; MÉSZÁROS, 2002).

Para isso, a educação para a democracia deve ter por base também a criatividade nos setores da economia e da segurança considerados cruciais para o desenvolvimento do país. Essa atitude deve partir dos dirigentes políticos e dos setores dinâmicos da nação. No campo da economia nacional, regional e internacional, exige-se que os atores endógenos e exógenos incorporem uma nova cultura, uma ética nos negócios e no uso do meio ambiente congolês. O professor Albert Cirimwami Malekera (Disponível em: <http://www.congovision.com/>) entende que esses atores devem abandonar a lógica da economia do saque que tem visado unilateralmente o serviço dos interesses leopoldinos, mobutistas e dos novos senhores de guerras, para se adotar de uma prática da economia do saber e geradora de empregos e, acrescento, de trabalho.

Para que isso aconteça, do ponto de vista da responsabilidade nacional, o Congo deve aderir e cultivar o espírito inovador, questionar políticas coloniais do passado e neoliberais do presente (Mobutu-Kabila) (BRAECKMAN. Disponível em: <http://www.congoforum.b>) e elaborar uma estratégia do bem-estar e do desenvolvimento comunitário. No que diz respeito ao último ponto, Malekera acha que é preciso, primeiro, identificar a existência dessas atitudes nos dirigentes do Congo: a ambição e o reconhecimento da gravidade da situação da miserabilidade do país. Em seguida, para trilhar o caminho do desenvolvimento, é necessário inserir o país no meio da sua realidade nacional, regional, continental e internacional, isto é, o Congo deve fazer uso da inovação como instrumento de realização de uma economia do saber, do uso bem feito de seus recursos naturais e humanos, evitando o desperdício.

Nessa perspectiva, o governo do Congo deve investir nas políticas de meio ambiente, valorizando assim, a floresta equatorial cujo 4/5, no contexto africano, se encontra no seu território; investir na produção de energia do Rio Congo cuja capacidade atual lhe permite vender a sua energia para oito países africanos. Em relação à imensidão de seus recursos minerais, para além da prática da economia extrativista, o Estado congolês deve estimular a criação de micro-empresas nacionais que atendam a demanda interna e externa; deve estimular as parcerias entre o setor privado nacional e internacional com as universidades para que se possa aproveitar das

capacidades humanas para o desenvolvimento da tecnologia. Outro ponto é investir na agricultura: “Porque, nosso país tem com certeza fortes potencialidades agrícolas, é portanto a sua vocação. Assim, a agricultura não industrial é desenvolvida por 70% da população ativa da economia. Porque esse é um dos países do mundo que, dispõe de uma terra fértil e onde pode se cultivar todo ano” (MAFELLY-MAKAMBO. Disponível em: <http://www.congovision.com/>). A diáspora congoleza é e deve ser também vista como um potencial agente do desenvolvimento desse país. Colocando suas habilidades éticas, democráticas e técnicas a serviço da nação.

Paralelamente ao desafio da inovação da econômica política, o que a RD Congo deve enfrentar, para trilhar o caminho do seu desenvolvimento, é a política da segurança. A insegurança, nesse país, está ligada à história, à cobiça de seus recursos naturais e à ausência de um Estado nacional forte. Na atualidade, o desafio que o governo eleito enfrenta é, de um lado, desarmar e integrar os grupos de rebeldes nacionais, e, de outro lado, desarmar e expatriar os grupos rebeldes dos países vizinhos que semeiam o pânico nos territórios do leste: regiões de Norte Kivu e Sul Kivu.

Existem duas situações a se considerarem em busca de soluções. De um lado, o governo congolês enfrenta os grupos rebeldes nacionais e seus aliados, os países vizinhos, pelo uso da força, isto é, a guerra. De outro lado, os países vizinhos pelo intermediário de seus aliados congolezes atacam no território congolês seus rebeldes. Cria-se assim um círculo vicioso de acusações entre os envolvidos na guerra sem beco de saída da crise. O mais grave é que essa situação de guerra continua criando mortes entre os civis e, desde 1997, a região de leste está numa insegurança total (MUIKENZA. Disponível em: <http://www.congoforum.be/fr/analysedetail.asp?id=28675&analyse=selected>). Nessas circunstâncias, as populações locais não conseguem criar condições para o seu desenvolvimento, como faziam no passado. A insegurança atua como inibidor de eclosão de um desenvolvimento sustentável nessa região e no território nacional.

O caminho do diálogo interno e/ou regional realizado pela intermediação da ONU para apaziguar a região leste do Congo está encontrando dificuldades. A ONU alega que a extensão do território, a falta de recursos e os limites legais do seu mandato têm impedido a realização do seu trabalho. O que sabemos é que, na atualidade, quem sai ganhando nesse conflito são os rebeldes nacionais, os governos vizinhos e as empresas multinacionais aliados que não visam outra coisa se não o saque das riquezas naturais desse país. Quem está perdendo é toda nação congoleza que

está querendo levar nas mãos o seu destino. O parlamento atual esta discutindo a questão de segurança do leste no momento como assunto prioritário (XINHUANET. Disponível em: www.africatime.com/rdc).

Do nosso ponto de vista, a RD Congo vai ainda encontrar dificuldades, enquanto seus vizinhos continuarem a ser países governados por ditadores. Acho que a comunidade internacional, as organizações regionais africanas, a UA, as populações africanas e outros grupos da diáspora negra devem pressionar esses grupos rebeldes nacionais, dos países vizinhos e seus respectivos exércitos, para se retirar do território do Congo. Além disso, forçar esses países a se democratizar. Enfim, a RD Congo deve se dotar de um Estado forte democrática e militarmente para que tenha condições de exercer a hegemonia tanto na política da segurança em nível nacional como regional. Se isso não é interesse dos atuais “senhores de guerra”, dos grupos armados ilegalmente no seu território, para a nação congoleza, essa tarefa é uma questão de vida ou morte! Pois, o seu destino depende da sua soberania.

Enfim, é nesse sentido que entendemos que a sociedade civil congoleza, na atualidade, deve desempenhar um papel político-pedagógico crucial para que a democracia e o desenvolvimento se tornem realidades substantivas no seu território (ROBERT. Disponível em: <http://diplo.uol.com.br/200-11, a1429>). A tarefa prioritária a ser feita é lutar pela implementação da nova cultura e da educação cidadã, no momento em que uma grande parte dos dirigentes de sua classe política está ainda limpando suas mãos sanguinárias dos crimes cometidos durante a ditadura mobutista e as duas últimas guerras que mataram mais de 4.000.000 de seus compatriotas (MONARE. Disponível em: <http://www.congovision.com/>) Essa sociedade civil pode e deve ainda contar com a sua base, uma parcela dos homens de negócios e políticos nacionais e internacionais que desejam o bem dessa Pátria. A sociedade civil congoleza, composta de igrejas, sindicatos, universidades, setor da mídia, associações nacionais e da diáspora, deve desempenhar mais do que nunca o papel do intelectual orgânico coletivo, sobretudo nesse momento histórico da abertura da democracia formal, para que essa se torne substantiva. Assim, com a pressão e o diálogo com o setor privado, o governo e outros agentes internacionais movidos pela solidariedade, essa sociedade civil pode se tornar um agente de construção da democracia, da educação cidadã e do desenvolvimento nacional e regional.

Conclusão

Geralmente no final de um trabalho científico, espera-se que o pesquisador retome as idéias principais da sua reflexão. Nos estudos do desenvolvimento é comum fazer as recomendações. Não é o que vou fazer no momento. Gostaria de deixar um testemunho. Nasci em 1973, no ex-Zaire. Na época, encontrei um país próspero social e economicamente. Sou também testemunho da descida para o “inferno” do nosso país. Por sorte, desde cedo aprendi a identificar quais são os “demônios” que o levaram para o inferno.

Gostaria de agradecer aos organizadores da I Conferência Internacional do Centro de Estudos das Culturas e Línguas Africanas e da Diáspora Negra por me ter dado a oportunidade de me reconciliar com o meu passado e o meu presente, que apontam para um futuro melhor para o nosso país. Quem sabe, para o Paraíso ou Renascimento. Para que isso ocorra, precisamos trabalhar, pois o Pastor, o Padre, o Nganga Nzambe (em Lingala significa médico de Deus) só expulsam demônios rezando. A nossa reza será o trabalho de re-construção da democracia e do desenvolvimento para a RD Congo e para o nosso continente. Quem sabe se, dessa forma, os pássaros não hão mais de cantar sozinhos, mas acompanhados pelo coro das vozes encantadoras de homens e mulheres da nossa terra: África! Eis o meu grito de esperança para o Congo e a África desde a terra do Exílio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAECKMAN, Colette. *Le troisième pillage de la RD. Congo*. Disponível em : <http://www.congoforum.b>. Acessado em 7 maio 2007.

_____. *L'enjeu congolais : L'Afrique centrale après Mobutu*. Paris : Fayard, 1999.

_____. *Vers la deuxième indépendance du Congo*. Bruxelles/Kinshasa : Le cri/Afrique Éditions, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *O desencantamento do mundo : Estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo : Editora Perspectiva S.A., 1979.

COMELIAU, Christian. Globalisation et inégalités : une mise en perspective – Première synthèse de l'approche macro.IUED, 23 de juin 2003. Disponível em: <http://www.ieud.unige.ch>. Acessado em 7 maio 2007.

FAVREAU, Louis. Théories et stratégies de développement au Sud : itinéraire de 1960 à aujourd'hui. In : Cahiers de la Chaire de recherche du Canada en développement des collectivités (CRDC) – Série Pratiques économiques et sociales, n. 32, p. 1-29, janvier 2004. Disponível em : <http://uqah.quebec.ca/crdc-geris>. Acessado em 7 maio 2007.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro : Zahar, 1968.

FORSTER, Jacques. Pertinence des études du développement à l'ère de la mondialisation. In : Etudes du développement pour demain, Genève, IUED, janvier 2007. Disponível em : <http://www.ieud.unige.ch>. Acessado em 7 de maio de 2007.

FURTADO, Celso. O subdesenvolvimento revisado. *Economia e Sociedade*, V. 1, p. 5-19, 1992.

GENDRON, Corinne. Développement durable et économie sociale: convergences et articulations. *Cahiers de l'ARUC-ÉS- Collections Recherche* – n. R-17-2004, p. 1-36, dezembro 2004, p. 2-36. Disponível em : <http://www.aruc-es.uqam.ca/aruces/publications/publications.htm>>. Acessado em 7 de maio de 2007.

HISTOIRE de la colonisation belge du Congo, 1876 – 1910. Disponível em: <http://www.cobelco.info/>. Acessado em 11 ago. 2007.

HISTOIRE de la République Démocratique du Congo. Disponível em: www.congo2000.net/histoire/dialoguez.asp. Acessado em 7 maio 2007.

INDICADORES ECONOMICOS. République Démocratique du Congo. Disponível em : <http://www.jeuneafrique.com/>. Acessado em 7 de maio de 2007.

KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África: Entrevista com René Holenstein*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

LÉVESQUE, Benoît. “Pour repenser l'économie en vue d'un développement durable, un aperçu de la nouvelle sociologie économique”. In : Conférence d'ouverture du colloque du comité de

recherche 23, « sociologie de l'environnement et du développement durable » de l' Association internationale de sociologie de langue française (AISLF), à l'Université de Laval les 14-15-16 mai 2002 dans le cadre de 70^e Congrès de l'ACFAS. Disponível em : <<http://www.aruces.uqam.ca/aruces/publications/publications.htm>>. Acessado em 7 de maio de 2007.

MAFELLY-MAKAMBO, Mafelly. L'agriculture moteur du développement de la RDC. Disponível em : <http://www.congovision.com/>. Acessado em 7 maio 2007.

MALEKERA, Albert Cirimwami. L'innovation : Pour une économie du savoir et créatrice d'emplois en République Démocratique du Congo. Disponível em : <http://www.congovision.com>. Acessado em 7 maio 2007.

MALOMALO, Bas'Ílele. Exílio. In : ESMERALDA, Ribeiro e BARBOSA, Marcio. *Cardernos Negros* 27. São Paulo : Quilombhoje, 2004, p. 5.

MÉSZÁROS, Isteván. *Para além do capital : Rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *O século XXI: o socialismo ou barbárie*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MONARE, Guy-Guy. Le perfil des dirigeants politiques congolais de la troisième République. Disponível em: <http://www.congovision.com/>. Acessado em 7 maio 2007.

MOORE. Carlos. *A África que incomoda: sobre a problemática do legado africano no cotidiano brasileiro*. 2 ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

MOYROUD, Celine & KATUNGA, John. Coltan Exploration in Eastern Democratic Republic of the Congo (DRC). In: STUDMAN, Jeremyn (ed.). *Sarcity and Durfety. The ecology of africa's conflicts*. South Africa, 2002. Disponível em: www.iss.co.za. Acessado em 7 maio 2007.

MUIKENZA, Dominique. Voulant coûte que coûte arracher la prolongation du manda de la Monuc, William Swing révèle: 8.000. Rwandais et 1.000 Ougandais menacent la paix en RDC. Disponível em: <http://www.congoforum.be/fr/nieuwsdetail.asp?subitem=1&newsid=28475&Actualiteit=selected>. Acessado em 11 maio 2007.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1988.

NTUMBA, Tshamalenga. «La complementarité radicale du politique et du religieux ». In : CENTRE D'ÉTUDES DES RELIGIONS AFRICAINES. *Religions Africaines et projet de société*. In : Cahier des Religions Africaines (1996-1997), p. 47-64, Faculté de Théologie de Kinsahasa.

NZIEM, Isidore Ndaywel è. *Nouvelle histoire du Congo: Des origines à la République Démocratique*. Bruxelles : Le cri, 2009.

PÉANS, Pierre. *Carnages : Les guerres secrètes des grandes puissances en Afrique*. Paris : Fayard, 2010.

PERRENOUD, Philippe. *Escola e cidadania: o papel da escola na formação para a democracia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

ROBERT, Anne- cécile. A África sonha com a «segunda independência ». Disponível em: <http://diplo.uol.com.br/200-11, a1429>. Acessado em 7 maio 2007.

RODNEY, Walter. A economia colonial. In: BOAHEN, Albert Adu. HGA, Vol. VII: África sob a dominação colonial, 1880-1935. – 2 ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010, p. 376-399.

SEBAHARA, Pamphile. RD Congo : les défis de la 3^{ème} République. Disponível em: <http://www.grip.org> . Acessado em 7 maio 2007.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TOVI, Laurence. Les entreprises françaises partent à l'assaut de la République démocratique du Congo. Disponível em : <http://www.lesechos.fr/info>. Acessado em 7 maio 2007.

UNION AFRICAINE (UA). *Etat de la population africaine : Rapport 2006. Dynamique des populations : répercussions sur la réalisation des objectifs du Millénaire pour le développement*. Département des Affaires Sociales Commission de l'Union Africaine, Septembre 2006. Disponível em: www.ua.org. Acessado em 7e maio 2007.

XINHUANET. Les députés des deux provinces suspendent leur participation à l'Assemblée nationale. Disponível em: www.africatime.com/rdc. Acessado em 30 maio 2007.